

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

Concurso Público

Analista Ambiental

Aplicação: 25/1/2009

**Tema 3: Gestão, Proteção e Controle da
Qualidade Ambiental**

CADERNO H

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno H — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Entre o bom senso e o bom gosto a diferença é de causa para efeito.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do aplicador.
- 7 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **27/1/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **28 e 29/1/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **25/2/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **26 e 27/2/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **20/3/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – IBAMA, de 13/11/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS E COMPLEMENTARES

Texto para os itens de 1 a 20

Reparação duas décadas depois

1 Francisco Alves Mendes Filho ainda não era um mito da luta contra a devastação da Amazônia quando foi preso, em 1981, acusado de subversão e incitamento à luta de classes no Acre, em plena ditadura militar. Chico Mendes se tornaria mundialmente conhecido, dali para a frente, por comandar uma campanha contra a ação de grileiros e latifundiários, responsáveis 4 pela destruição da floresta e pela escravização do caboclo amazônico. Por isso mesmo foi assassinado, em 22 de dezembro de 1988, na porta de casa, em Xapuri. O crime, cometido por uma dupla de fazendeiros, foi punido com uma sentença de 19 anos de cadeia para cada um. Faltava reparar a injustiça cometida pelos militares.

7 E ela veio na quarta-feira 10, no palco do Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, na forma de uma portaria assinada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. Antes, porém, realizou-se uma sessão de julgamento da Comissão de Anistia, cujo resultado foi o reconhecimento, por unanimidade, da perseguição política sofrida por Chico Mendes no início dos anos 80 do século 10 passado. A viúva do líder seringueiro, Izalmar Gadelha Mendes, vai receber uma pensão vitalícia de 3 mil reais mensais, além de indenização de 337,8 mil reais.

13 Após assinar a portaria de anistia, Tarso Genro declarou que o assassinato de Chico Mendes está diretamente associado à perseguição sofrida pelo seringueiro durante a ditadura. “O Estado brasileiro não soube compreender o que ele (Mendes) representava naquele momento”, disse o ministro. “O Brasil pede perdão a Chico Mendes”, afirmou, ao assinar o documento. Acompanhada de dois filhos, Izalmar Mendes mostrou-se satisfeita com o resultado do julgamento. “Era a hora de limpar o nome 16 do meu marido. Mais importante do que a indenização foi o pedido de desculpas feito pelo Estado”, disse a viúva.

19 O caso de Chico Mendes foi relatado pela conselheira Sueli Bellato. Emocionada, ela disse ter lido muito sobre o seringueiro morto para, então, encadear os argumentos que a fizeram acatar o pedido de reconhecimento e indenização interposto por Izalmar Mendes. Chico Mendes foi vereador em Xapuri, onde nasceu, e se firmou como crítico de projetos governamentais de graves consequências ambientais, como a construção de estradas na região amazônica.

22 No relatório, aprovado por unanimidade, a conselheira contou detalhes da vida de Chico Mendes, da infância pobre nos seringais ao dia em que foi assassinado. Segundo Sueli Bellato, a atuação de Mendes contra grileiros e latifundiários rendeu, durante a ditadura, um arquivo de 71 páginas redigidas por agentes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI). Foi por participar de um ato público, em 1980, que Chico Mendes passou a ser fichado e perseguido pelos militares. Em Rio Branco, o 25 seringueiro fez um discurso exaltado contra a violência no campo provocada pelos fazendeiros.

28 Na época, Chico Mendes foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, acusado de “atentado contra a paz, a prosperidade e a harmonia entre as classes sociais”. Preso em diversas ocasiões, só foi definitivamente absolvido em 1.º de março de 1984, quatro anos depois, portanto, de iniciadas as perseguições. De acordo com a conselheira Sueli Bellato, embora o relatório não tenha se aprofundado na questão, foi possível constatar que Chico Mendes também foi torturado enquanto estava sob custódia de policiais federais.

Leandro Fortes. Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

A partir da leitura do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, é correto afirmar que a família de Chico Mendes será indenizada porque o seringueiro não sofreu perseguição política.
- 2 Conforme se depreende do texto, o ministro da Justiça não constata nenhuma relação entre a perseguição política sofrida por Chico Mendes durante a ditadura e o seu assassinato por fazendeiros em 1988.
- 3 A indenização à família de Chico Mendes foi aprovada em votação cujo resultado não evidenciou discordâncias entre os membros da Comissão de Anistia.
- 4 Segundo o texto, a relatora construiu seu parecer citando fatos ocorridos unicamente no período em que Chico Mendes foi perseguido pela ditadura militar.
- 5 O enquadramento de Chico Mendes na Lei de Segurança Nacional, citado pelo texto, evidencia a preocupação do governo militar com a militância política do líder dos seringueiros.

Considerando aspectos linguísticos do texto **Reparação duas décadas depois**, julgue os itens a seguir.

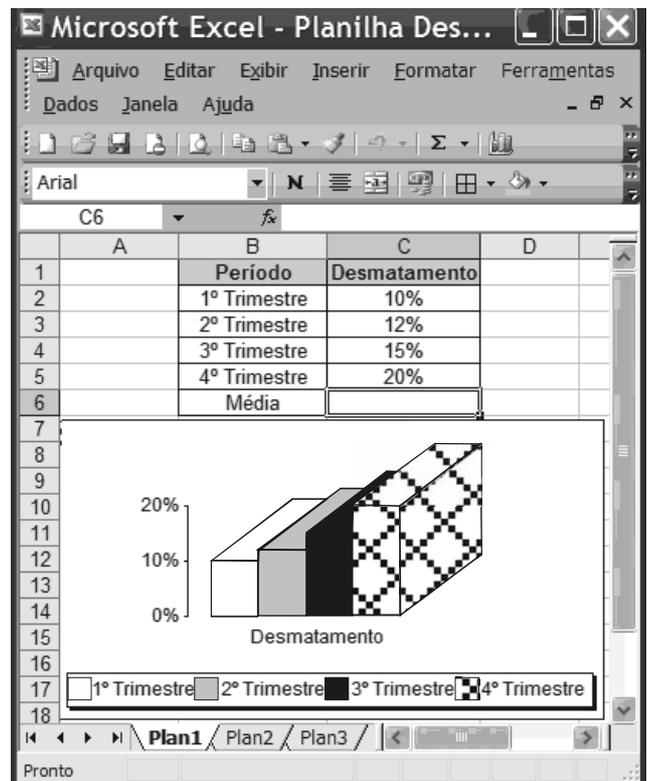
- 6 O verbo “participar” (l.24) está empregado, no período, como termo substantivo.
- 7 Os termos “portanto” (l.28) e “enquanto” (l.29), estabelecem idênticas relações de sentido.
- 8 O texto caracteriza-se como essencialmente informativo.
- 9 O emprego do sinal indicativo de crase em “à luta de classes” (l.2) justifica-se pela regência dos termos “subversão” e “incitamento” e pelo gênero do substantivo “classe”.
- 10 O emprego da vírgula após “latifundiários” (l.3) justifica-se por isolar o termo explicativo.
- 11 As palavras “amazônico” e “viúva” acentuam-se de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 12 No segmento “Faltava reparar a injustiça cometida pelos militares” (l.6) o complemento do verbo “reparar” poderia estar precedido da preposição **em**, com a devida contração com o artigo “a”, sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do texto.
- 13 No período que se inicia na linha 8, o sujeito da oração principal está posposto ao verbo.
- 14 O termo “onde” (l.19) introduz oração adjetiva de sentido explicativo.

Ainda com base no texto de Leandro Fortes e considerando aspectos textuais e gramaticais, julgue os próximos itens.

- 15 Na linha 8, o vocábulo “cujo” estabelece relação sintático-semântica entre os termos “resultado” e “Comissão de Anistia”.
- 16 O termo “o documento” (l.14) refere-se a “portaria de anistia” (l.12).
- 17 A expressão “Na época”, no início do último parágrafo do texto, refere-se ao período em que Chico Mendes foi perseguido pela ditadura militar.
- 18 Pelas opiniões apresentadas no texto, verifica-se que o ministro da Justiça e a conselheira possuem posições opostas no que se refere à atuação política de Chico Mendes.
- 19 Estaria de acordo com o que estabelece a prescrição gramatical para textos escritos no nível formal da linguagem, tais como documentos oficiais, a substituição da expressão “dali para a frente” (l.3) por **dali pra frente**.
- 20 A conjunção “E” (l.7), por ter, no período, valor adversativo, pode ser substituída pela conjunção **Mas**, sem prejuízo para as informações do texto.

Julgue os itens a seguir acerca de conceitos de informática.

- 21 O Internet Explorer apresenta ferramenta que permite criar uma nova mensagem como um cliente Microsoft Office Outlook, desde que este esteja configurado como cliente padrão.
- 22 *Software* livre é o mesmo que *software* aberto, e o seu objetivo é popularizar o uso do computador promovendo a inclusão digital.
- 23 Provedores de *e-mails* na Internet criam, no momento do cadastro, sítios postais para os usuários, que são capazes de armazenar mensagens recebidas com limite de tamanho diversificado.
- 24 Existem sítios na Internet que disponibilizam a opção para entrar na *intranet* mediante a exigência de usuário e senha previamente cadastrados.



Com base na figura acima, que contém uma planilha em edição no Excel 2003, julgue os itens de 25 a 30.

- 25 A formatação dos valores da coluna “Desmatamento” como percentual foi obtida selecionando a referida coluna e clicando a ferramenta .
- 26 Para criar uma cópia de segurança da planilha, também conhecida como *backup*, é suficiente clicar a ferramenta .
- 27 Considerando-se que o tamanho do arquivo seja igual a 1 MB, ele poderá ser enviado tanto para o disquete quanto para um *pen drive* com capacidade de 1 GB.

28 Para calcular a média aritmética do desmatamento nos 4 trimestres é suficiente digitar a fórmula =Média(B2:B5) e pressionar a tecla .

29 O gráfico é do tipo personalizado, disponível na ferramenta , denominada assistente de gráfico.

30 Para copiar o gráfico e a planilha, ao mesmo tempo, para o Word 2003, é suficiente selecionar os números de linhas de 1 a 20, clicar a opção Copiar do menu , abrir o documento do Word e clicar a ferramenta .

Julgue os itens subsequentes acerca da política nacional do meio ambiente (PNMA).

31 Segundo a lei de PNMA, o IBAMA terá competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos poluidores sempre que as atividades e obras a serem realizadas gerarem significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional.

32 O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é constituído por órgãos e entidades da União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, e sua composição conta com um órgão superior, que é o conselho de governo; um órgão consultivo e deliberativo, que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); bem como com um órgão central, um órgão executor, órgãos seccionais e locais.

Paulo, proprietário rural, decidiu instituir uma servidão ambiental em sua propriedade, por 10 anos. Procurou o órgão ambiental competente, que deu anuência à instituição da servidão. Com cinco anos do início da servidão, Paulo precisou vender o imóvel rural e encontrou um comprador, que exigiu a modificação da destinação da área, pois pretendia explorar a cultura de soja na fazenda.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

33 A servidão ambiental instituída por Paulo será averbada na matrícula do imóvel, no cartório de registro de imóveis competente, para que, na venda da propriedade ao comprador, se verifique a existência da servidão e se altere a destinação da área.

34 A servidão ambiental instituída por Paulo se estende a toda a área de sua propriedade, incluídas as de preservação permanente e de reserva legal, se houver.

Marcos, analista ambiental do IBAMA, lotado em Brasília, precisou afastar-se de seu local de trabalho para colaborar em uma grande operação de fiscalização no estado do Pará, por 10 dias. O IBAMA custeou os gastos de hotelaria, alimentação e locomoção urbana de Marcos. Com o início dos trabalhos, percebeu-se que a equipe conseguiria terminar as tarefas antes e, de fato, no quinto dia, Marcos retornou a Brasília.

Considerando essa situação hipotética e o que estabelece a Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens que se seguem no que se refere a diárias.

35 Como Marcos retornou a sua sede em prazo inferior ao inicialmente previsto, deve restituir as diárias recebidas em excesso, no prazo de 5 dias.

36 Marcos tem direito a receber as passagens de ida e volta e uma diária por dia de trabalho.

Maria, servidora do IBAMA, recebeu a notícia de que sua mãe estava com câncer e que precisaria se submeter a tratamento radioterápico em cidade diversa da residência atual de ambas. Como era filha única, afastou-se das suas atividades no IBAMA para acompanhar a mãe no tratamento, requerendo licença por motivo de doença em pessoa da família. Em razão dos gastos com esse tratamento, que eram excessivos, Maria decidiu se dedicar a alguma atividade que pudesse aumentar a renda familiar. Passou então, a realizar trabalhos de consultoria em sua área de formação durante o período de licença.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes acerca da licença por motivo de doença em pessoa da família, segundo a Lei n.º 8.112/1990.

37 É legítimo o exercício da atividade de consultoria por Maria, já que se destina ao custeio do tratamento em razão do qual está licenciada.

38 A licença de Maria será precedida do exame de sua mãe por médico ou junta médica oficial e, constatado o câncer nesta, serão desnecessários novos exames a cada pedido de prorrogação da licença, se houver.

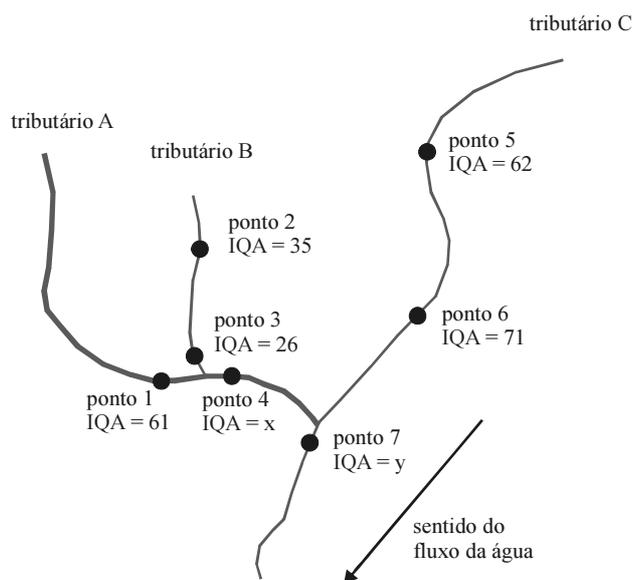
Julgue os itens de **39** a **42**, em conformidade com as normas previstas na Lei n.º 8.666/1993, que trata de licitações e contratos.

39 O autor do projeto básico ou executivo da obra, serviço ou fornecimento de bens que estejam sendo alvo de licitação não pode dela participar na fase licitatória, mas pode atuar na fase da execução do contrato, como consultor ou técnico, em funções específicas e exclusivamente a serviço da administração pública.

40 O processamento das compras por meio de sistema de registro de preços deve ser realizado sempre que se mostre possível. O sistema de registro de preços demanda prévia e ampla pesquisa de mercado, publicação trimestral dos preços registrados por meio da imprensa oficial e permite que qualquer cidadão impugne preço constante do quadro geral, caso verifique a incompatibilidade desse preço com o vigente no mercado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Figura para os itens de 51 a 62



A figura acima retrata o índice de qualidade da água (IQA) em pontos de coleta em uma bacia hidrográfica hipotética.

A respeito dos dados apresentados na figura e à temática relacionada, julgue os itens a seguir.

41 No caso da adoção da modalidade convite para a realização de uma licitação, e não havendo demonstração de interesse em apresentação de propostas por parte dos licitantes convidados, não pode ser realizada a contratação direta pela administração, sem antes realizar nova licitação.

42 A contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação, desde que a instituição possua inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

Julgue os próximos itens acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, conforme regras estabelecidas pela Lei n.º 9.784/1999.

43 O direito do administrado de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que figure na qualidade de interessado e de neles atuar peticionando, juntando documentos, fazendo requerimentos e recursos, não ilide o fato de que a administração deve, por si mesma, dar impulso, de ofício, ao processo administrativo.

44 A elaboração de modelos ou formulários padronizados que atinjam pretensões equivalentes no tratamento de um mesmo assunto no âmbito da administração pública é medida burocratizante, que deve ser evitada, porque, com isso, desconsidera-se a peculiaridade de cada situação.

45 A delegação de competência em razão de circunstâncias de índole técnica apenas pode ocorrer dentro do próprio órgão administrativo, sendo incabível delegação para este fim mediante transferência de competência a outros órgãos ou titulares, que não estejam na mesma linha de hierarquia e subordinação.

46 Os processos administrativos devem ser guiados por critérios que observem as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, adotadas de formas simples e desburocratizadas, suficientes para garantir grau de certeza, segurança e respeito a esses direitos.

Julgue os itens a seguir acerca do direito administrativo.

47 A administração pública pode exercer o seu poder de polícia por meio de atos administrativos gerais, de caráter normativo, ou por meio de atos concretos, como o de sancionamento.

48 O poder de polícia é delegável a particulares e a outros órgãos e entidades públicas, apesar de decorrer da imperatividade do poder estatal e da própria força de coerção sobre os administrados.

49 Os atos praticados com esteio no poder de polícia administrativa possuem os atributos da presunção de legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.

50 A atividade de fiscalização ambiental é típico ato administrativo que expressa o poder de polícia, pois diz respeito à restrição, à limitação, ao condicionamento e à ordenação de atividades desempenhadas por particulares.

51 O IQA baseia-se na utilização de 7 parâmetros indicadores de qualidade de água.

52 O diagnóstico e o monitoramento da qualidade de água das bacias hidrográficas dependem da escolha correta do índice de avaliação, que normalmente recai sobre o IQA, independentemente da topologia dos pontos de coleta para avaliação da qualidade da água.

53 O rio apresenta um processo de autodepuração no tributário C.

54 Os valores de IQA permitem sugerir a existência de atividade antrópica a montante tanto do ponto 2 como do ponto 3.

55 No tributário C, o IQA nos dois pontos de coleta é classificado como médio.

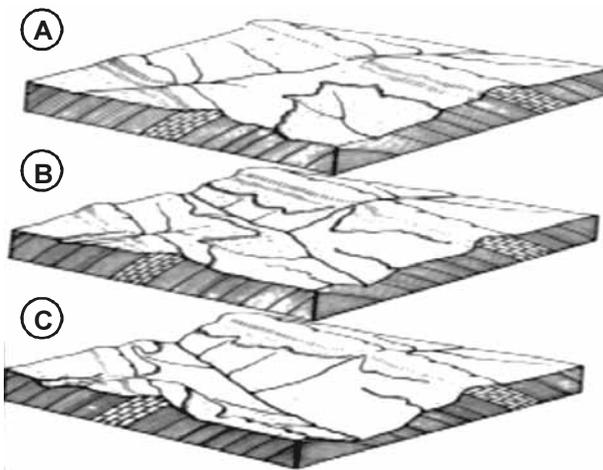
56 O valor de x no ponto 4 deve corresponder ao valor do IQA no ponto 1, como prolongamento do curso principal de água.

57 Pode-se esperar que o valor de y no ponto 7 seja maior que o valor de x no ponto 4.

58 Se a região de estudo tiver aporte principal de esgoto doméstico, a curva de nitrogênio utilizado para compor o IQA pode considerar o nitrogênio total e não o nitrato.

Considerando que a bacia hidrográfica hipotética representada na figura possui um comitê de bacia hidrográfica constituído, de caráter estadual, e que não tenha tido nenhuma definição quanto ao enquadramento dos corpos de água da bacia, julgue os itens seguintes.

- 59 Se o tributário C for enquadrado como classe 1 em vez de classe 2, é admissível pensar que sendo mais restritivo, poderá haver, como consequência, menor disponibilidade de água para ser outorgada.
- 60 Um enquadramento mais restritivo deverá interferir no instrumento de cobrança, aumentando os valores a serem cobrados dos usuários.
- 61 Os corpos de água devem ser enquadrados na classe especial.
- 62 Quando o comitê de bacia se dedica ao estudo da proposta de enquadramento referida, para encaminhar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, deverá pensar segundo os usos preponderantes da água, tal que se possa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas.



Internet: <www.ufv.br>.

Com base na sequência de fases mostradas nas figuras acima, julgue os itens seguintes acerca dos processos erosivos, sua contenção e recuperação de áreas degradadas.

- 63 Na fase A, o controle do escoamento superficial por terraceamento, construção de diques de retenção de sedimentos e drenos no sopé dos taludes seria ineficaz e inapropriado para combater o processo erosivo.
- 64 Para uma recuperação rápida da cobertura vegetal sobre o solo, a melhor alternativa, inclusive do ponto de vista global da bacia hidrográfica em termos de conservação dos recursos naturais e biodiversidade, é o plantio de braquiária, tendo em vista seu rápido crescimento.
- 65 Observa-se um processo de captura fluvial, em que um rio captura outro rio.
- 66 É correto classificar o processo como de erosão a montante.
- 67 O processo retratado não ocorre em regiões de solos siltosos, argilosos ou solos dispersíveis.

Na Amazônia, é comum o cultivo de espécies frutíferas em sistemas agroflorestais (SAF) comerciais multiestratificados. Essas espécies, em geral, são cultivadas por agricultores familiares com fins comerciais e para sua subsistência. Na região de Igarapé-Açu, Pará, o preparo das áreas destinadas aos SAF, ocorre em sua maioria, por meio de derrubada e queima de forma mecanizada, com uso de trator e grades aradoras. Do total de agricultores familiares que adotaram SAF, mais de 50% prepararam suas áreas com grades aradoras. O preparo de área mecanizada tem se intensificado em decorrência da diminuição do tempo de pousio e da baixa fertilidade do solo. O uso de herbicida foi verificado em 68,7% das propriedades com SAF e a eliminação das plantas daninhas é realizada a cada dois meses. O controle de pragas e doenças é feito com o uso de agrotóxicos, sendo 50% com fungicidas e 18,7% com inseticidas.

Thiago Almeida Vieira *et al.* Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares em Igarapé-Açu, Pará: caracterização florística, implantação e manejo. Acta Amaz., Manaus, v. 37, n.º 4, 2007.

Acerca do assunto tratado no texto, e considerando que os inseticidas podem ser classificados em organoclorados, piretróides, organofosforados e carbamatos, julgue os itens a seguir.

- 68 Os inseticidas organoclorados apresentam substâncias que a Convenção de Estocolmo indica, às partes, que devem ser proibidas e (ou) adotadas medidas jurídicas e administrativas necessárias para eliminar sua produção e utilização.
- 69 É correto que uma associação de agricultores familiares da região seja incentivada pelo governo a comprar os pesticidas de uso de seus associados em grandes quantidades e fracionar em embalagens menores para diminuir os custos e evitar o uso indiscriminado do produto, bem como reutilizar suas embalagens após duas lavagens.
- 70 Considerando que a idéia de SAF esteja sendo muito divulgada, pode-se concluir que as políticas públicas para este setor, sobretudo em termos de divulgação, esclarecimento e capacitação do produtor rural são plenamente exitosas e suficientes.
- 71 Nos SAF, pode-se observar uma correlação positiva entre diversidade de espécies e nível de sombra.
- 72 O tipo de espécies cultivadas valoriza o papel dos SAF no contexto da segurança alimentar e atende a diretrizes da Agenda 21.
- 73 O agricultor deve se especializar em determinado tipo de SAF, e assim obter maior homogeneidade e rentabilidade na produção dos itens cultivados.
- 74 Entre os inseticidas citados, os organoclorados e os piretróides são responsáveis pelo maior número de intoxicações no meio rural.
- 75 Os inseticidas organofosforados e os carbonatos apresentam mecanismo de ação comum baseado na inibição do acetilcolinesterase.

Em 2003, após a intervenção do Greenpeace, o navio MV Sonia, contendo um carregamento de melaço contaminado com o hormônio de crescimento MPA (acetato de medroxyprogesterona), retornou para Amsterdã, na Holanda, seu porto de origem. O carregamento tóxico foi vendido para uma destilaria na Paraíba, que iria utilizar esse melaço para a produção de álcool. O Greenpeace tão logo tomou conhecimento do problema enviou um comunicado às autoridades brasileiras e holandesas. O governo holandês, em carta ao governo brasileiro, confirmou a contaminação do carregamento.

Os responsáveis pelo navio foram informados pelas autoridades brasileiras de que não seriam autorizados a descarregar no país, como estava previsto anteriormente. Cuba, que também estava na rota do navio, foi informada pelo Greenpeace sobre a contaminação e também não permitiu o descarregamento.

O MPA é um hormônio de crescimento artificial que altera o funcionamento do sistema endócrino, apresentando efeitos colaterais tóxicos. Especialistas acreditam que o MPA pode causar infertilidade em seres humanos. Para o Greenpeace, qualquer que fosse a concentração de MPA do carregamento, ele deveria ter sido proibido, pois esse hormônio está proibido desde 1961 na Holanda, e desde 1989 na Europa.

Internet: <www.ecoviagem.com.br> (com adaptações).

A respeito das informações apresentadas no texto e à temática relacionada, julgue os seguintes itens.

- 76** A finalidade da aquisição da carga de melaço, desconsiderando a contaminação registrada, enquadra-se no conceito de reutilização, dentro da política dos 3R.
- 77** Um estudo para avaliar o grau de impacto do MPA como causador de infertilidade em seres humanos, deverá ter como principal indicador toxicológico a DL-50.
- 78** A situação retratada constitui exemplo de conflito que se enquadra nas preocupações gerais da Convenção da Basiléia.
- 79** Considerando a afirmação do coordenador brasileiro da Campanha de Substâncias Tóxicas do Greenpeace de que “Não podemos permitir que a Europa, ou qualquer outro país desenvolvido, faça do nosso país uma lata de lixo”, é correto afirmar que ela condiz com as preocupações contidas na Agenda 21.
- 80** Os dispositivos da Convenção de Roterdã se aplicam integralmente ao caso em tela.
- 81** O procedimento de consentimento fundamentado prévio (PIC) foi introduzido anteriormente à Agenda 21, e originou-se das preocupações com relação a situações semelhantes à relatada no texto.

Um vazamento de 1.500 litros do pesticida endossulfan, composto orgânico da família dos organoclorados, ocorrido em novembro de 2008, no Rio Pirapetinga, afluente do Rio Paraíba do Sul, em Resende – RJ, provocou um acidente ecológico considerado entre os maiores já registrados na região. O acidente ocorreu na época da piracema. No estado do Rio de Janeiro, o rio Paraíba percorre 37 municípios, numa extensão de 500 km. O rio é a única fonte de abastecimento de água para mais de 12 milhões de pessoas.

Internet: <www.oglobo.globo.com> (com adaptações).

A respeito do assunto abordado no texto, julgue os itens que se seguem.

- 82** O gerenciamento costeiro não se relaciona com a situação retratada.
- 83** Pelo fato de a contaminação ir seguindo em direção a jusante, os peixes que se encontram no rio não tem como escapar da pluma tóxica.
- 84** A época do ano em que ocorreu o acidente citado no texto faz aumentar a quantidade de peixes mortos, com reflexos a médio prazo em suas populações.
- 85** Por ser organoclorado, o endossulfan faz parte dos produtos sob intervenção da Convenção de Estocolmo.
- 86** O funcionamento dos instrumentos de outorga e cobrança, no Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, é uma garantia de que esses acidentes não venham a se repetir.

No litoral norte do estado de São Paulo, foram registrados 294 acidentes envolvendo vazamentos de óleo e derivados, entre 1974 e 2006. Um dos exemplos recentes é o acidente com um navio norueguês, em 2003, quando do descarregamento do petróleo para o terminal. O óleo derramado deslocou-se do canal de São Sebastião em direção a Caraguatatuba e Ubatuba, por influência de ventos e correntes marinhas, atingindo diversas praias, costões rochosos, lagoas e ilhas da região.

Poletto e Bastista. *Sensibilidade ambiental das ilhas costeiras de Ubatuba-SP*. Revista *Ambi-Água*, v. 3, n.º 2, p. 106-121, 2008 (com adaptações).

Com relação às informações apresentadas no texto e ao assunto relacionado, julgue os itens de **87** a **95**.

- 87** Na biorremediação de solos contaminados, a fase *lag* na curva de crescimento populacional é uma regra geral.
- 88** Mesmo quando ausentes os pressupostos para aplicação da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (Marpol 73/78), o país dispõe de instrumentos legais para prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

- 89** Cartas de sensibilidade ambiental para derramamento de óleo permitem o planejamento de contingência e avaliação de danos em casos de derramamento de óleo.
- 90** O conhecimento prévio dos ecossistemas e seu mapeamento permite que, em situações de acidente, os recursos sejam canalizados para atuar igualmente em todos os ecossistemas.
- 91** A época do ano e a localização geográfica são fatores de influência forte na análise dos impactos do derramamento de óleo no litoral.
- 92** O derramamento de óleo afeta a biodiversidade marinha, sobretudo peixes, moluscos e as aves marinhas, mas não interfere na produtividade primária líquida dos oceanos.
- 93** Os terminais e navios petrolíferos apresentam, de forma geral, além dos riscos de derramamento de óleo, outros impactos ambientais, entre eles a poluição sonora subaquática.
- 94** A composição química e as propriedades físicas do óleo são muito variáveis, o que dificulta o tratamento e a remediação de áreas contaminadas.
- 95** Nos casos de derramamento de óleo e contaminação de praias, a biorremediação deverá ser feita somente *ex situ* ou *off-sítio*.

O mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD), o maior interesse do Brasil na 14.^a Conferência do Clima, em Poznan, Polônia, será incluído no futuro acordo do clima que substituirá o Protocolo de Quioto. A metodologia do REDD ainda precisará ser definida, mas já está certo que o acordo final deverá ser assinado em Copenhague, em 2009. A confirmação foi feita ontem pelo governo brasileiro: “Sem dúvida é um passo importante. A discussão sobre a metodologia continuará, mas a inclusão do REDD no novo acordo do clima está garantida”, disse o embaixador Sérgio Serra, membro da delegação do país.

Internet: <www.clippingmp.planejamento.gov.br> (com adaptações).

A respeito do assunto tratado no texto acima, julgue os itens de **96 a 100**.

- 96** O Protocolo de Quioto constitui a referência mundial para o combate à destruição da camada de ozônio.
- 97** Uma indústria que utilize a queima do óleo combustível e passe a utilizar a biomassa de bambu como fonte de combustível pode pleitear a comercialização de créditos de carbono pela certificação de emissão zero de carbono.
- 98** O mecanismo de REDD poderá permitir que governos, empresas privadas e proprietários de terra sejam recompensados financeiramente pelo desmatamento evitado.

- 99** O Protocolo de Quioto tem como principal meta fazer com que os países industrializados controlem suas emissões de gases que provocam o efeito estufa.
- 100** O conceito de créditos de carbono permite que países que não consigam cumprir sua meta de redução de emissão de CO₂ possam comprar créditos de outro, mas os demais gases causadores do efeito estufa encontram-se excluídos do mecanismo.

Acerca da poluição causada por lançamento, nas águas sob jurisdição nacional, de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas, julgue os itens de **101 a 110**.

- 101** Na elaboração do plano de emergência individual, devem ser contemplados, entre outros elementos, os cenários acidentais, as informações e os procedimentos para resposta, bem como os procedimentos para proteção da fauna, além de mapas, cartas náuticas, plantas, desenhos e fotografias.
- 102** As barreiras de contenção devem ser dimensionadas em função dos cenários acidentais previstos e das estratégias de resposta estabelecidas, sendo contempladas as frentes de trabalho junto à fonte, na limitação do espalhamento da mancha e na proteção de áreas vulneráveis prioritárias.
- 103** É considerada substância nociva ou perigosa qualquer substância que, ao ser descarregada nas águas, seja capaz de gerar riscos ou causar danos à saúde humana, ao ecossistema aquático ou prejudicar o uso da água e de seu entorno.
- 104** Denomina-se plano de contingência o conjunto de medidas que determina e estabelece as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente, bem como define os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, ao controle e ao combate à poluição das águas.
- 105** Em todo navio que transportar substância nociva ou perigosa, a granel, deve haver um livro de registro de carga, no qual devem ser feitas, entre outras, anotações relativas às operações de lastreamento de tanques de carga e às transferências, para o meio aquático, de águas de lastro sujo.
- 106** A responsabilidade pela elaboração do plano de emergência para as áreas sujeitas ao risco de poluição é do órgão federal de meio ambiente, em articulação com os órgãos de defesa civil.
- 107** É considerado alijamento qualquer despejo, escape, derrame, vazamento, esvaziamento, lançamento para fora ou bombeamento de substâncias nocivas ou perigosas, em qualquer quantidade, a partir de navio, porto organizado, instalação portuária, duto, plataforma ou suas instalações de apoio.

108 Cabe aos órgãos estaduais de meio ambiente consolidar os planos de contingência locais e regionais na forma do Plano Nacional de Contingência, em articulação com as entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias, e aos proprietários ou operadores de plataformas, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

109 Cabe às entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e operadores de plataformas a elaboração do manual de procedimento interno para o gerenciamento dos riscos de poluição, bem como para a gestão dos resíduos gerados ou provenientes das atividades de movimentação e armazenamento de óleo e substâncias nocivas ou perigosas ao ambiente, devendo o manual ser submetido à aprovação, por maioria simples, do CONAMA.

110 Plano de área é o documento ou conjunto de documentos, que contendo as informações, medidas e ações referentes a uma área de concentração de portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos ou plataformas e suas respectivas instalações de apoio, visa integrar os diversos planos de contingência da área para o combate a incidentes de poluição por óleo, dejetos orgânicos e águas de lastreamento.

Com relação ao gerenciamento costeiro, julgue os seguintes itens.

111 O PNGC é um instrumento aplicado, de forma articulada e integrada, à gestão da zona costeira, ao sistema nacional de bioprospecção marinha do Ministério do Meio Ambiente.

112 O subsistema gerenciamento costeiro, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), é composto pelos dados e as informações resultantes do monitoramento sob responsabilidade municipal, estadual ou federal na zona costeira.

113 O objetivo do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar e da Política Nacional do Meio Ambiente, é, especificamente, orientar a utilização nacional dos recursos na zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida da população e para proteger o seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

114 A zona costeira, espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluídos seus recursos, renováveis ou não, abrange uma faixa marítima e outra terrestre, as quais são delimitadas, de acordo com as variáveis escalonadas, pelo órgão ambiental licenciador.

Acerca de redução de emissão de poluentes por veículos automotores, julgue os próximos itens.

115 As secretarias estaduais de meio ambiente são obrigadas a dispor, em caráter permanente, de equipamentos e de pessoal habilitado, conforme as recomendações dos órgãos ambientais responsáveis, para a realização de serviços de diagnóstico, regulagem de motores e sistemas de controle das emissões, em consonância com os objetivos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e de suas medidas complementares.

116 Em decorrência das características locais de tráfego e poluição do ar, os órgãos ambientais, de trânsito e de transporte devem planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos, a reorientação do tráfego e a revisão do sistema de transportes, com o objetivo de se reduzir a emissão global dos poluentes.

Com relação a agrotóxicos, julgue os itens a seguir.

117 Cabe ao Ministério da Saúde realizar avaliação toxicológica preliminar dos agrotóxicos, produtos técnicos, pré-misturas e afins, destinados à pesquisa e à experimentação, bem como monitorar os resíduos de agrotóxicos e afins em produtos de origem animal.

118 Cabe ao Ministério do Meio Ambiente realizar a avaliação ambiental preliminar de agrotóxicos, produtos técnicos, pré-misturas e afins, destinados à pesquisa e à experimentação.

119 Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao da Saúde e ao do Meio Ambiente, no âmbito de suas respectivas áreas de competências, promover a reavaliação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins quando surgirem indícios da ocorrência de riscos que desaconselhem o uso de produtos registrados.

120 Os agrotóxicos, seus componentes e afins que apresentarem indícios de redução de sua eficiência agrônômica, alteração dos riscos à saúde humana ou ao meio ambiente poderão ser reavaliados a qualquer tempo e ter seus registros mantidos, alterados, suspensos ou cancelados.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **10** pontos, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Elabore um texto dissertativo acerca do tema

Gestão, Proteção e Controle da Qualidade Ambiental.

Em seu texto aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ Convenção de Basiléia;
- ▶ Convenção de Estocolmo;
- ▶ Convenção de Roterdã;
- ▶ as interdependências entre si, relacionando-as com a Agenda 21.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos